

# Portaria GP-CR N. 002/2016

## PORTARIA GP/CR Nº 02/2016

de 14 de janeiro de 2016

Os **DESEMBARGADORES PRESIDENTE e CORREGEDOR REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o expressivo corte de 29% (vinte e nove por cento) no orçamento de custeio do Tribunal para o exercício de 2016, bem como de 90% (noventa por cento) nos recursos destinados a investimentos, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e pelo Plenário do Congresso Nacional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adoção de medidas urgentes para redução das despesas com o consumo de energia elétrica, água e esgoto, telefonia e serviços postais, com a aquisição de material de consumo e permanente e com a contratação de estagiários e de serviços de vigilância, limpeza, condução de veículos, recepção, dentre outras;

### **R E S O L V E M:**

**Art. 1º** Estabelecer METAS DE REDUÇÃO das despesas programadas no orçamento do Tribunal para o exercício de 2016, em relação ao de 2015, na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, nos patamares de 29% (vinte e nove por cento) para o grupo Outras Despesas Correntes (Custeio) e 90% (noventa por cento) para o grupo Investimentos (Capital), observando as diretrizes estabelecidas nesta portaria, podendo ser adotadas outras medidas suplementares que se demonstrem necessárias no decorrer deste exercício.

**Art. 2º** Determinar as reduções contratuais em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do instrumento contratual, com fulcro no disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de eventuais reduções em porcentagem superior, conforme previsto no inciso II do § 2º do mesmo diploma legal, nos contratos de prestação de:

- a) serviços de limpeza, conservação e higienização;
- b) serviços de vigilância armada;
- c) serviços de condução de veículos da frota;
- d) serviços de recepcionistas;
- e) serviços de copeiragem;
- f) serviços de garçonaria;
- g) serviços de ascensorista;
- h) serviços de auxiliar de expedição;

- i) serviços de telefonista;
- j) serviços de mecânico;
- k) serviços de auxiliar de almoxarife;
- l) serviços gerais;
- m) serviços de digitalização de processos judiciais;
- n) serviços de engenharia, referentes à manutenção preventiva e operação dos sistemas de ar-condicionado;
- o) serviços de manutenção de hidráulica, de elétrica e de telecomunicações;
- p) serviços de manutenção em geral;
- q) serviços de reprografia;
- r) serviços de emissão de bilhetes aéreos.

**Art. 3º** Determinar a realização de tratativas visando à redução de 30% (trinta por cento) do valor inicial atualizado dos contratos de locação de imóveis, mediante negociação direta com os locadores proprietários.

**Art. 4º** Determinar o sobrestamento de todas as obras de construção de Fóruns e/ou Varas Trabalhistas, à exceção das obras relativas à construção de prédios para abrigar as unidades de Porto Ferreira e Barretos, para as quais já constavam recursos orçamentários específicos.

**Art. 5º** Determinar o sobrestamento de todas as novas locações de imóveis para abrigar as unidades deste Tribunal.

**Art. 6º** Determinar a suspensão de quaisquer alterações de *lay-outs* em Varas e Fóruns Trabalhistas, gabinetes, secretarias e nas demais unidades deste Tribunal, excepcionando-se as situações em andamento, alcançadas por Nota de Empenho do exercício anterior.

**Art. 7º** Determinar a imediata suspensão de quaisquer ações voltadas às aquisições de mobiliários e equipamentos, incluindo os de informática.

**Art. 8º** Determinar a alteração do Contrato nº 46/2011, que trata dos serviços de conexão à internet por meio de tecnologia 3G/4G, reduzindo o fornecimento de modems para 80 (oitenta) unidades, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

**Art. 9º** Determinar a imediata adoção de medidas para redução de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos valores programados para os gastos com energia elétrica, água e esgoto, serviços de telefonia fixa e serviços postais.

**Art. 10** Determinar a adoção de práticas de uso racional dos equipamentos condicionadores de ar, com o estímulo à abertura de portas e janelas, para a sua circulação.

**Art. 11** Determinar a racionalização do uso de impressoras em pelo menos 30% (trinta por cento) em todas as unidades deste Tribunal, conforme critérios a serem estabelecidos pelas áreas competentes.

**Art. 12** Determinar a imediata adoção de medidas voltadas à redução de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor programado a ser dispendido com manutenção da frota de veículos deste Tribunal, bem como com o consumo de combustíveis.

**Parágrafo único.** O uso compartilhado de veículos da frota deverá ser estimulado, cabendo à Seção de Transportes providenciá-lo, sempre que possível.

**Art. 13** Fica vedada a prestação de serviços de condução de veículo em jornada acima do limite legal contratado, cabendo ao gestor do contrato a elaboração de planilha de jornadas de trabalho, de modo a afastar a ocorrência de labor em horário extraordinário.

**Art. 14** Determinar o fomento ao teletrabalho no âmbito deste Tribunal, nas áreas em que tal sistemática possa ser adotada, sem comprometimento da produtividade, conforme disposto na Resolução CSJT nº 151/2015, bem como ao aprendizado a distância e à realização de palestras e reuniões em ambiente virtual, a fim de reduzir despesas com locomoção, alimentação e hospedagem.

**Art. 15** Determinar a vedação do trabalho aos sábados, domingos e feriados, excetuados os plantões judiciais.

**Art. 16** Determinar a otimização da capacitação de magistrados e servidores deste Tribunal, visando à redução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos valores inicialmente programados.

**Art. 17** Determinar a redução do valor programado para pagamento de despesas com ajuda de custo, na ordem de 50% (cinquenta por cento), estabelecendo-se o valor a ser obtido como limite para o presente exercício, a partir do qual os pagamentos restantes deverão, se deferidos, aguardar a respectiva disponibilidade orçamentária.

**Art. 18** Determinar o não preenchimento das vagas de estagiários existentes e das que surgirem, destinadas à atividade-meio deste Tribunal, assim como a não prorrogação dos Termos de Compromisso de Estágio, findo o período inicial de 1 (um) ano de vigência dos referidos termos.

**Art. 19** Determinar a redução do contingente de estagiários da atividade-fim em 25% (vinte e cinco por cento), mediante estudo a ser realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente.

**Art. 20** Determinar a adequação do horário de funcionamento das unidades administrativas e judiciais deste Tribunal, bem como de atendimento ao público, a fim de promover-se a redução das despesas de manutenção predial e funcionamento, especialmente do dispêndio de tarifas públicas de energia elétrica, água e esgoto e telefonia fixa.

**Art. 21** As metas e reduções orçamentárias previstas nesta portaria não deverão resultar riscos à integridade das instalações e do patrimônio deste Tribunal, à segurança dos magistrados, servidores, advogados, funcionários contratados, estagiários e jurisdicionados e tampouco representar inobservância aos ditames legais específicos a cada matéria.

**Art. 22** As metas e reduções orçamentárias previstas nesta portaria poderão sofrer revisão a qualquer tempo, ou caso sejam obtidos créditos adicionais ao orçamento deste Tribunal no decorrer do presente exercício.

**Art. 23** O não cumprimento das metas e/ou o não alcance dos percentuais dispostos nesta Portaria, assim como os casos omissos, deverão ser informados à Presidência do Tribunal, para conhecimento e eventuais deliberações adicionais.

**Art. 24** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 14 de janeiro de 2016.

**LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS**

Desembargador Presidente do Tribunal

**GERSON LACERDA PISTORI**

Desembargador Corregedor Regional